



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 008/26 - PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EM ELEVADORES INSTALADOS NOS ED. SEDE II E ADRIANA, DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

1. DO OBJETO

1.1. Este documento tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, com fornecimento de peças, dos elevadores dos Edifícios Sede II e Adriana, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos neste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Motivação e objetivo a ser alcançado por meio da contratação:

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui sistemas de transporte vertical instalados nos edifícios Sede II e Adriana, os quais são essenciais para a circulação segura e eficiente de magistrados, servidores, colaboradores, usuários externos e para a acessibilidade aos pavimentos.

No Edifício Sede II, encontram-se instalados 03 (três) elevadores novos, da marca KONE, com capacidade de 900 kg, atendimento a 13 pavimentos e capacidade para 12 passageiros, cujo processo de modernização foi concluído recentemente, estando os equipamentos cobertos por **garantia mínima de 12 (doze) meses, com término previsto para 14 de agosto de 2026** (Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577), Despacho 22836827 e Autorização 22952440). Após o encerramento do prazo de garantia, será necessário assegurar o funcionamento regular dos equipamentos e evitar a sua deterioração.

No Edifício Adriana, encontram-se instalados 02 (dois) elevadores da marca OTIS, com capacidade para 08 passageiros (560 kg) e atendimento a 06 (seis) paradas, atualmente vinculados a **contrato de manutenção que se encerra em 1º de dezembro de 2026** (Termo Aditivo n. 7 - Contrato 17/2021 (25149406)), sendo necessária a adoção de providências administrativas para garantir a continuidade do funcionamento regular dos equipamentos.

A necessidade da contratação decorre, portanto, da obrigação da Administração em manter os elevadores em condições adequadas de funcionamento, segurança e conformidade normativa, bem como de evitar a ocorrência de falhas operacionais e impactos negativos às atividades institucionais do TRF1.

Diante desse contexto, conclui-se que a futura contratação revela-se medida indispensável ao atendimento do interesse público, porquanto visa assegurar a continuidade, a segurança, a eficiência e a acessibilidade das instalações utilizadas diariamente por magistrados, servidores e jurisdicionados. A adoção tempestiva das providências administrativas pertinentes permitirá mitigar riscos de paralisação dos equipamentos, reduzir custos decorrentes de falhas ou intervenções emergenciais, preservar o patrimônio público e garantir a adequada prestação jurisdicional, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da economicidade e do planejamento que regem a Administração Pública.

A não contratação implicará riscos relevantes à Administração, tais como a interrupção dos serviços de manutenção dos elevadores após o encerramento dos prazos contratuais e de garantia, a elevação da probabilidade de falhas operacionais, paradas e paralisações dos equipamentos, comprometendo a segurança dos usuários e a acessibilidade aos pavimentos dos edifícios.

A ausência de manutenção adequada também pode resultar em degradação acelerada dos sistemas eletromecânicos, aumento de custos com reparos emergenciais, perda de confiabilidade dos equipamentos, responsabilização administrativa e civil do órgão em caso de acidentes, além de impacto direto na continuidade das atividades institucionais do TRF1.

2.2. Benefícios Diretos:

- assegurar a continuidade da manutenção preventiva e corretiva dos elevadores dos Edifícios Adriana e Sede II;
- preservar a disponibilidade e a confiabilidade dos sistemas de transporte vertical;
- reduzir ocorrências de paralisação e falhas operacionais;
- garantir atendimento adequado aos usuários internos e externos.

2.3. Benefícios Indiretos:

- manter a regularidade do funcionamento dos elevadores após o encerramento da vigência contratual atual do Edifício Adriana e após o término da garantia dos elevadores do Edifício Sede II;
- permitir execução contratual mais estável, planejada e contínua;
- garantir um ambiente de trabalho confortável para magistrados, servidores e demais usuários dos elevadores.

2.4. Correlação com o planejamento existente:

A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes e metas institucionais no sentido de manter as edificações do TRF1 em bom estado de conservação e seus sistemas prediais em perfeito funcionamento com o menor custo possível.

Atende também ao Programa de Manutenção de Bens Imóveis e condições de funcionamento das instituições, como forma de assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais.

Ainda, a necessidade de realizar a manutenção preventiva e corretiva em elevadores instalados nos Edifícios Sede II e Adriana, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026 ([link de acesso](#)), associando-se aos macrodesafios "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária" e "Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira".

A demanda encontra-se no conjunto de atividades previstas para atendimento ao Plano de Contratações Anual PCA - 2026 - Documentação TRF1_DIENG_0042_2026 (24414632) - RDO Nova 253 e Documentação TRF1_DIENG_0004_2026 (24698930).

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

2.5.1. Link do PCA: <https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual---pca>

2.5.2. Unidade Requisitante: TRF1 - DIENG

2.5.3. Id da Futura Contratação: Documento TRF1_DIENG_0042_2026 (24414632) e TRF1_DIENG_0004_2026 (24698930).

2.5.4. Classificação: Bens e serviços / Serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra

2.6. Referência de estudos preliminares que embasem a contratação:

2.6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Tópico E.1 do Estudo Técnico Preliminar - ETP Completo 25006674.

3. DA BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. Da modalidade e tipo de Licitação

3.1.1. Recomenda-se que esta licitação seja efetuada nos moldes do Pregão Eletrônico, conforme disposto no inciso I, art. 28, da Lei n. 14.133/21, visto se tratar de contratação de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.1.2. O objeto é de simples entendimento pelas empresas licitantes apenas pela leitura do Termo de Referência, não causando insegurança jurídica ou dúvidas que possam prejudicar as respectivas propostas de preços, não havendo, ainda, grandes complexidades tecnológicas. Consideramos, portanto, serviço comum de engenharia.

3.2. Forma e critérios de seleção do fornecedor

3.2.1. Para o objeto tratado neste ETP, não há ponderação de qualidade técnica das propostas que exceda os requisitos mínimos estabelecidos pela Administração, razão pela qual o critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO**.

3.3. Critério de aceitabilidade da proposta

3.3.1. Recomenda-se **adjudicação por grupo**.

3.3.2. Justificativa para adjudicação por grupo: a licitação será estruturada em grupo único, contemplando os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores dos Edifícios Sede II e Adriana, com fornecimento de peças, em razão da similaridade técnica dos serviços, da padronização das rotinas de manutenção e da conveniência administrativa de execução integrada, considerando que os serviços possuem mesma natureza, metodologia executiva semelhante e fiscalização centralizada por uma única unidade administrativa. A adoção da adjudicação por grupo e o não parcelamento do objeto mostram-se técnica e economicamente adequados, pois permitem ganho de escala, racionalização da mobilização de equipes, logística, ferramental e estoque mínimo de peças, além de favorecer a uniformização dos procedimentos de manutenção, a simplificação da fiscalização contratual e a definição inequívoca da responsabilidade técnica sobre o desempenho dos equipamentos. A modelagem também amplia a atratividade econômica do certame ao mercado especializado, sem restringir a competitividade, sendo esperada maior vantagem para a Administração em comparação à contratação segregada por múltiplos fornecedores.

3.4. Natureza da Contratação

3.4.1. O objeto da contratação é de natureza contínua.

3.4.2. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.3. A manutenção preventiva e corretiva de elevadores é um serviço essencial, sendo indispensável a sua prestação para a execução dos trabalhos do órgão. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores enquadram-se, portanto, como serviços de prestação contínua (art. 106 da Lei n. 14.133/21), já que são uma necessidade permanente. Nesse contexto, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133/21, "Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes".

3.4.3.1. A contratação de uma empresa de manutenção por 5 (cinco) anos apresenta diversas vantagens em relação à contratação por 1 ano, dentre as quais:

- **Eficiência:** A empresa contratada terá tempo suficiente para conhecer as instalações e os equipamentos, bem como para desenvolver um plano de manutenção adequado às necessidades do órgão. Isso resultará em um trabalho mais eficiente e eficaz, com menor risco de falhas e ocorrências.
- **Economia:** A contratação por um período mais longo pode gerar economia para o órgão, pois a empresa contratada terá condições de negociar preços melhores. Além disso, a empresa terá um incentivo maior para realizar um trabalho de qualidade, pois terá um contrato de longo prazo a cumprir.
- **Segurança:** A manutenção dos elevadores é essencial para garantir a segurança e o transporte adequado dos passageiros. A contratação por um período mais longo contribui para a redução de riscos de acidentes e incidentes.
- **Continuidade dos serviços:** A contratação por um período tão curto pode não ser suficiente para garantir a continuidade dos serviços de manutenção. A empresa contratada estará comprometida a fornecer os serviços de manutenção por um período de 5 anos, o que garante a continuidade dos serviços para o órgão.
- **Redução de burocracia:** A contratação por 5 anos evita a necessidade de realizar novos processos licitatórios a cada ano, o que reduz a burocracia e agiliza o fornecimento dos serviços.
- **Previsibilidade de custos:** A contratação por um período mais longo permite ao órgão prever os custos dos serviços de manutenção, o que facilita o planejamento financeiro.

3.5. Regime de Execução

3.5.1. O regime de execução será empreitada por preço unitário, de acordo com as definições do Acórdão 1.977/13 TCU - Plenário.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Será assegurada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei n. 14.133/2021.

4.2. Será admitida a participação de sociedades cooperativas, de acordo com o previsto no art. 16 da Lei n. 14.133/2021.

4.3. A licitação não será destinada exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez que o objeto em questão consiste em **serviço de natureza contínua**, caracterizado como indivisível. Nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, a reserva de cotas se aplica apenas a bens e serviços divisíveis, hipótese que não corresponde ao presente caso.

5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, com fornecimento de peças, dos elevadores dos Edifícios Sede II e Adriana, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Código Siasg BR	Código Sicam	Descrição	Unidade de medida	Qtd.
1	1	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Monta - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo OTIS LVF OV20 95550CC, 06 paradas, capacidade de 560 KG, para 08 passageiros, instalados no Ed. Adriana do TRF1.	und./mês	2
		BR0003557 -		Contratação de empresa especializada para prestação		

	2	Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Monta - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo KONE N Minispace, 13 paradas, capacidade de 900kg, para 12 passageiros, instalados no Ed. Sede II do TRF1.	und./mês	3
--	---	--	-----------	--	----------	---

5.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

5.3. Para fins de cotação (formação de preços), deverá ser obedecida a descrição completa dos serviços, sendo a descrição do SIASG meramente referencial.

5.3.1. Será de inteira responsabilidade das empresas a observância do critério estabelecido no item anterior, não sendo admitida a alegação de enganos ou erros, posteriores à apresentação das propostas de preços, para alteração de qualquer dos valores ofertados, estando sujeita às penalidades cabíveis a empresa que não cumprir o estabelecido.

6. VISTORIA

6.1. À licitante será facultada a realização de vistoria técnica no local de prestação dos serviços, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 18h00, mediante agendamento prévio com o servidor José Arnaldo Martins Costa, pelo telefone [\(61\) 3410-3270](tel:61-3410-3270), no horário das 09h00 às 18h00, ou pelo endereço eletrônico numob@trf1.jus.br, com a finalidade de esclarecer dúvidas relacionadas ao objeto licitado e verificar as condições locais para a execução dos serviços.

6.2. As licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições visíveis e ordinariamente verificáveis, mesmo que optem por não vistoriar as condições dos elevadores dos edifícios Sede II e Adriana, do TRF1.

6.3. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais da prestação dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário – TCU.

6.3.1. Em havendo a realização da vistoria, deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, a devida declaração emitida pela SEMEQ/DIENG.

6.4. A vistoria técnica, embora facultativa, é fortemente recomendada, considerando a complexidade das instalações de elevadores, que demanda a avaliação da infraestrutura predial, dos acessos, do cabeamento, da casa de máquinas, das condições de segurança e da logística necessária para a execução dos serviços, contribuindo para a adequada precificação e planejamento da execução contratual.

6.5. Em conformidade com o art. 63, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a vistoria poderá ser substituída por declaração formal do licitante, não constituindo condição obrigatória para participação no certame.

7. DA PROPOSTA

7.1. As proponentes deverão apresentar proposta onde deverá constar a planilha detalhada dos serviços, com o quantitativo, o preço unitário, valor mensal, anual e total global para 5 anos, conforme apresentado no Anexo II - Modelo de Formulação de Proposta.

7.2. Incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da contratação, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, mão de obra, configuração, regulação dos equipamentos, fornecimento de peças, seguro, transporte, materiais, serviços, garantias e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência.

7.3. A ausência ou insuficiência, nas especificações ou documentos que acompanham este edital, de quaisquer bens, materiais, peças, componentes, insumos ou serviços que sejam necessários à integral execução do objeto obriga a proponente a providenciá-los sem custo adicional para o contratante. Assim, cada proponente deve examinar detidamente a situação em que se encontram os equipamentos objeto dos serviços a serem realizados, notadamente por meio de vistoria, avaliar o emprego do que for necessário, com quantitativos, serviços e custos de acordo com sua própria metodologia, pois a previsão do que se fizer necessário à completa execução dos serviços é de inteira e exclusiva responsabilidade da proponente, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos ou erros posteriores com a pretensão de alterar o valor proposto.

7.4. A Licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta:

7.4.1 Declaração que irá dispor em seu estoque, após a assinatura do contrato, de peças e acessórios necessários a manter os equipamentos em permanente operação, ficando reservado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região o direito de fiscalização a qualquer momento e durante toda a vigência do contrato;

7.4.2. Declaração que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições dos equipamentos e dos locais da prestação dos serviços, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário – TCU, em não havendo vistoria.

7.4.2.1. Na hipótese de realização da vistoria, deverá ser apresentada, juntamente com a proposta, a

declaração correspondente emitida pela unidade competente.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação jurídica

8.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com a última alteração, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) , devidamente registrado no órgão competente.

8.1.1.1. Em quaisquer dos atos constitutivos deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

8.1.1.2. Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

8.1.1.3. São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

8.1.2. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.1.3. Em se tratando de cooperativas:

8.1.3.1. Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

8.1.3.2. Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.1.4. Em se tratando de empresas reunidas em consórcio, deverá ser apresentado Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.726/2018, contendo, no mínimo:

8.1.4.1. Designação do consórcio e sua composição;

8.1.4.2. Finalidade do consórcio;

8.1.4.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

8.1.4.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

8.1.4.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

8.1.4.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

8.1.4.7. Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

8.1.4.8. No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 8.1.4, devem estar previstas as seguintes condições:

8.1.4.8.1. de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 8.1.4.3 deste Termo de Referência.

8.1.4.8.2. de que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.1.4.8.3. acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

8.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

8.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

8.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3. Qualificação econômico-financeira

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

8.3.1.1. A exigência acima deverá ser apresentada por cada empresa consorciada, e serão examinados separadamente.

8.4. Qualificação técnica

8.4.1. Para comprovação de sua qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

8.4.1.1. Certidão de Registro junto à entidade profissional competente do(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços;

8.4.1.2. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente.

8.4.1.3. Qualificação técnico-profissional: Comprovação, por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnico Profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado junto à entidade profissional competente, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), com dados e informações suficientes para comprovar que o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços tenha(m) executado serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores.

8.4.1.4. Qualificação técnico-operacional: Comprovação, por meio de Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Operacional - CAO emitida pelo conselho profissional competente, com dados e informações suficientes para comprovar que a empresa executou serviços de manutenção preventiva e corretiva em, pelo menos, 2 (dois) elevadores no mesmo contrato (aproximadamente 40% do quantitativo de elevadores tratado neste Termo).

8.4.1.5. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.4.1.5.1. Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.4.1.6. Para cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.4.1.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971.

8.4.1.7. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

8.4.1.7.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

8.4.1.7.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;

8.4.1.7.3. Na hipótese do subitem 8.4.1.7 deste Termo de Referência, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8.4.1.8. Justifica-se as exigências dos documentos solicitados nos subitens 8.4.1.3 e 8.4.1.4 com vistas à comprovação da expertise da contratada na prestação de serviço de manutenção em elevadores, pois a interrupção de tais serviços, considerados essenciais, repercute diretamente na circulação segura e eficiente de magistrados, servidores, funcionários e colaboradores nos ambientes do Tribunal, trazendo prejuízos à rotina de trabalho. Ademais, a manutenção preventiva e corretiva em elevadores exige bom nível técnico, atendimento às normas existentes, observância a rigorosos procedimentos de segurança e conhecimento especializado.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. A descrição da solução como um todo foi avaliada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme segue:

9.1.1. A solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, com fornecimento de peças, dos elevadores dos Edifícios Sede II e Adriana, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

9.1.1.1. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos mecanismos ou peças dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, de acordo com as recomendações do fabricante, manuais e normas técnicas específicas.

9.1.1.2. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

9.2. Sustentabilidade

9.2.1. A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com fornecimento de peças, deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e técnica compatíveis com a natureza do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame e em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, o Decreto nº 7.746/2012, as normas da ANVISA, as diretrizes do CONAMA, as normas da ABNT e as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego aplicáveis à execução dos serviços.

9.2.2. É de responsabilidade da CONTRATADA o gerenciamento dos resíduos gerados na execução dos serviços, inclusive peças substituídas, componentes metálicos, eletroeletrônicos, cabos, placas, óleos lubrificantes, graxas, embalagens, pilhas, baterias, lâmpadas e materiais contaminados, devendo ser assegurada a segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, bem como a adoção de sistemas de logística reversa, quando legalmente exigidos ou tecnicamente aplicáveis.

9.2.3. Na execução contratual, a CONTRATADA deverá observar, no que couber, os seguintes critérios e respectivas formas de aferição:

9.2.3.1. Gestão de resíduos e logística reversa

Critério: destinar adequadamente resíduos e materiais substituídos, priorizando reutilização, reciclagem, recuperação ou logística reversa, observando as diretrizes da Lei nº 12.305/2010 e, especificamente quanto às pilhas e baterias, os critérios estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 401/2008.

Aferição:

- apresentação, quando solicitado, de comprovantes de coleta, transporte e destinação emitidos por empresas habilitadas;
- registros mensais das peças substituídas e da respectiva destinação;
- conferência pela fiscalização contratual.

9.2.3.2. Uso racional de insumos e materiais

Critério: utilizar materiais, lubrificantes, solventes e produtos auxiliares em quantidades estritamente necessárias, evitando desperdícios, vazamentos e descarte inadequado.

Aferição:

- inspeção em campo pela fiscalização;
- verificação de ausência de descarte irregular ou armazenamento inadequado;
- análise de relatórios de manutenção.

9.2.3.3. Produtos regularizados

Critério: utilizar produtos de limpeza, conservação e substâncias químicas regularmente registrados ou notificados perante a ANVISA, observando, quando aplicável, os requisitos sanitários pertinentes aos produtos saneantes utilizados na execução dos serviços.

Aferição:

- apresentação de fichas técnicas, FISPQ/SDS ou documentos equivalentes, quando cabível;
- conferência de rótulos e registros aplicáveis.

9.2.3.4. Controle de ruído, poeira e limpeza operacional

Critério: adotar procedimentos que minimizem ruídos excessivos (Resolução CONAMA n. 001/1990), geração de poeira, resíduos dispersos e incômodos durante a execução dos serviços, especialmente em horário de expediente.

Aferição:

- inspeção da fiscalização;

- registro de ocorrências e reclamações de usuários;
- exigência de correção imediata quando constatadas inadequações.

9.2.3.5. Segurança e saúde no trabalho

Critério: fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), observando as Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades executadas, especialmente:

- NR-01;
- NR-06;
- NR-07;
- NR-10;
- NR-12;
- NR-18;
- NR-33, quando aplicável; e
- NR-35.

Aferição:

- inspeção em campo;
- apresentação de fichas de entrega de EPI, certificados e treinamentos exigíveis;
- verificação documental de capacitações legalmente requeridas.

9.2.3.6. Manutenção orientada à durabilidade e eficiência

Critério: executar manutenção preventiva e corretiva de modo a prolongar a vida útil dos elevadores, reduzir falhas recorrentes, preservar desempenho e evitar substituições prematuras de componentes.

Aferição:

- análise dos relatórios técnicos de manutenção;
- acompanhamento de indicadores de reincidência de falhas e tempo de indisponibilidade;
- validação pela fiscalização contratual.

9.2.3.7. Conformidade técnica e atualização normativa

Critério: executar os serviços em conformidade com normas técnicas brasileiras aplicáveis aos sistemas de transporte vertical, segurança de usuários e manutenção de elevadores, especialmente as ABNT NBR 16083, ABNT NBR 15597, ABNT NBR 9050 e ABNT NBR 5410, ou outras que venham a substituí-las ou atualizá-las.

Aferição:

- apresentação de relatórios técnicos;
- checklists de inspeção;
- verificação pela fiscalização quanto ao atendimento das rotinas exigidas.

9.2.3.8. Conduta socialmente responsável

Critério: observar legislação trabalhista, previdenciária, normas de saúde e segurança e vedação a práticas discriminatórias ou trabalho irregular.

Aferição:

- documentação exigida na contratação e durante a execução;
- verificação periódica da regularidade contratual;
- registros de ocorrências eventualmente apuradas.

9.2.4. Medição e pagamento

9.2.4.1. A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante verificação do efetivo cumprimento das rotinas de manutenção preventiva programadas, atendimento das ordens de serviço corretivas emitidas no período, funcionamento regular dos equipamentos abrangidos e entrega da documentação técnica exigida contratualmente.

9.2.4.2. Para fins de ateste, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo:

- relatório mensal de manutenção preventiva executada por equipamento;
- relação de chamados corretivos atendidos, contendo datas de abertura, atendimento e solução;
- registro das peças substituídas e respectivos motivos técnicos;
- comprovantes de destinação ambientalmente adequada dos resíduos, quando cabível;
- eventuais laudos, checklists e registros de inspeção exigidos pela fiscalização.

9.2.4.3. O pagamento ficará condicionado ao ateste da fiscalização quanto à adequada execução dos serviços e ao atendimento dos critérios de sustentabilidade previstos no contrato. A ausência injustificada de documentos comprobatórios, o descumprimento de obrigações ambientais, trabalhistas, de segurança ou a inexecução parcial dos serviços poderá ensejar:

- glosa proporcional da medição mensal;
- retenção do pagamento até saneamento da pendência, quando cabível;
- aplicação dos instrumentos de medição de resultado previstos;
- aplicação de sanções contratuais, nos termos do edital e contrato.

9.2.4.4. Quando identificadas não conformidades sanáveis, poderá ser concedido prazo para regularização, sem prejuízo do registro da ocorrência. Sanada a pendência e confirmado o adimplemento contratual, o pagamento remanescente poderá ser processado na forma estabelecida contratualmente.

9.2.5. Disposições gerais de fiscalização

9.2.5.1. O atendimento aos critérios acima será verificado pela unidade fiscalizadora mediante inspeções, análise documental, relatórios periódicos, ordens de serviço e registros de ocorrência, podendo ser exigida a correção de não conformidades em prazo razoável, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.3. Da Garantia

9.3.1. Para garantia das peças, a Contratada deverá observar, nos casos de substituições ou reposições destas por meio de manutenção preventiva ou corretiva, o prazo mínimo de 12 (doze) meses de garantia, contados a partir da instalação.

9.3.1.1. A garantia mínima exigida deverá prevalecer sobre as condições estabelecidas pelas fabricantes do material ou que venham a reduzir a prevalência da supremacia do interesse público sobre o particular, devendo a fornecedora responsabilizar-se integralmente pelas peças substituídas.

9.3.2. Todos os serviços executados pela Contratada deverão ter garantia mínima de 180 (cento e oitenta) dias, neles incluídos os ajustes que a equipe técnica julgar oportunos, contados a partir da sua realização, registrado no relatório de manutenção mensal.

9.3.2.1. A empresa, durante o período de garantia, assume e se compromete a corrigir, integral e gratuitamente, o serviço em que forem verificados defeitos ou vícios, ou ainda na hipótese de reincidência dos defeitos ou de correção insatisfatória, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação. O prazo previsto neste subitem não se aplica às ocorrências que impliquem paralisação, restrição de uso, risco à segurança, falha operacional ou comprometimento do funcionamento dos elevadores, situações em que deverão ser observados os prazos específicos de atendimento e reparo previstos para a manutenção corretiva.

9.3.2.2. Decorrido o prazo para reparos sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou ajustes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos.

9.4. Especificações técnicas

9.4.1. A contratada deverá observar as especificações técnicas dos equipamentos e serviços descritos no Anexo III deste Termo.

9.4.2. A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Termo de Referência, as normas e códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a legislação vigente dos órgãos de administração pública competentes serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos. No caso destas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica, bem como as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e materiais que compõem o sistema.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, uma vez que a contratada deve possuir conhecimento profundo dos equipamentos a serem mantidos da contratante. Esse conhecimento técnico especializado é essencial para garantir a operação ininterrupta e segura dos sistemas, minimizando o risco de falhas e interrupções no funcionamento dos elevadores, cuja interrupção pode ter consequências negativas na rotina de trabalho do Tribunal. A capacidade de resposta rápida da contratada, por meio de seus próprios profissionais, é crucial para minimizar o tempo de eventual inatividade e restaurar o funcionamento dos elevadores o mais rápido possível, evitando prejuízos operacionais.

10.1.2. A subcontratação fica limitada à atividade de fornecimento de peças e demais componentes de reposição.

10.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

10.3. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução da parte do objeto a ser subcontratado, mediante comprovação de aptidão técnica por meio de atestados técnicos, emitidos em nome da subcontratada, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que sejam pertinentes e compatíveis, com a parte do objeto a ser subcontratado (Acórdão nº 1.229/2008 - Plenário do TCU). A avaliação de qualificação técnica se dará de acordo com o caso concreto, em havendo a subcontratação durante a execução contratual.

10.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Considerando que os equipamentos possuem ciclos contratuais distintos, torna-se necessária a estruturação de uma contratação que contemple ambos os edifícios, de forma planejada, contínua e sem sobreposição com contratos ou garantias vigentes, assegurando que a prestação dos serviços tenha início imediatamente após o término dos respectivos prazos. Assim, a execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, considerando as datas de encerramento dos contratos atualmente vigentes:

- encerramento do atual contrato de manutenção dos elevadores do Ed. Adriana está previsto para **1º de dezembro de 2026** (Termo Aditivo n. 7 - Contrato 17/2021 (25149406)), podendo ocorrer antes, caso o TRF1 efetue a rescisão antecipadamente em razão da conclusão deste procedimento licitatório (Cláusula 1.1 do referido termo aditivo);
- término da garantia/assistência técnica dos elevadores do Ed. Sede II está previsto para **14 de agosto de 2026** (Contrato TRF1 n. 58/2023 - One Elevadores (19073577), Despacho 22836827 e Autorização 22952440).

11.1.1. Os efeitos financeiros relativos a cada item da contratação observarão a data de efetivo início da prestação dos respectivos serviços, após o encerramento dos vínculos acima mencionados. O pagamento, contudo, permanecerá condicionado à regular execução dos serviços, ao atesto pela fiscalização contratual e à regular liquidação da despesa, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

11.2. O(s) profissional(is) disponibilizado(s) pela Contratada deverá(ão) executar as atividades previstas no Anexo III deste Termo de Referência.

11.3. Além dos requisitos específicos, o pessoal da Contratada designado para a execução dos serviços deverá atender aos requisitos gerais de conduta exigidos para a execução de qualquer atividade:

- a) Ser pontual e assíduo ao trabalho;
- b) Apresentar-se sempre com uniforme completo e crachá;
- c) Tratar as pessoas com urbanidade;
- d) Estar sempre atualizado a respeito das informações e serviços que sua função exige;
- e) Observar fielmente o Código de Ética e Conduta da Justiça Federal.

11.4. Os serviços deverão ser executados por profissionais que atendam as especificações contidas neste Termo de Referência, bem como os horários, rotinas, local de prestação dos serviços.

11.5. Local da prestação dos serviços

11.5.1. Os serviços serão executados nas dependências do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, nos seguintes endereços:

Local	Endereço
Ed. Sede II	SAUS Quadra 2, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores - Brasília/DF
Ed. Adriana	SBS Quadra 2, Lote 16, Bloco D, CEP 70070-903 - Brasília/DF

11.5.2. Os serviços de manutenção deverão ser prestados entre 8h e 18h, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, em finais de semana e feriados com agendamento prévio junto ao Contratante por meio do telefone [\(61\) 3410-3261](tel:(61)3410-3261), com o servidor Daniel Andrade dos Santos, ou pelo telefone [\(61\) 3410-3264](tel:(61)3410-3264), com o servidor José Arnaldo Martins Costa, ou ainda pelo endereço eletrônico: semeq@trf1.jus.br, conforme rotinas de manutenção preventiva e aberturas de chamado técnico, em caso de falha nos equipamentos, de acordo com as rotinas de manutenção corretiva.

11.6. Dos registros e relatórios

11.6.1. Livro de Ocorrências

11.6.1.1. A empresa deverá manter um Livro de Ocorrências onde deverão ser registrados fatos e observações relevantes ocorridas durante as manutenções.

11.6.1.2. A empresa deverá comunicar imediatamente a existência de qualquer defeito em

equipamentos/instalações que não possam ser eliminados (ou não estejam incluídos) pelos serviços contratados, indicando as prováveis causas do defeito.

11.6.1.3. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região incumbir-se-á das verificações e reparos necessários, podendo os serviços ser executados por terceiros devidamente competentes.

11.6.1.4. Caso conste no Livro de Ocorrências reclamação sobre imperfeição de serviços em execução ou executados, a empresa deverá atendê-lo no prazo máximo 48 horas, podendo ser ordenada a suspensão dos serviços, sem que haja direito a indenização, sujeitando-a, ainda, à aplicação de penalidades.

11.6.2. Relatórios Mensais

11.6.2.1. Deverão ser apresentados relatórios mensais que contenham informações sobre os serviços executados, estudos, levantamentos e medições realizados, análise de ocorrências excepcionais e eventuais sugestões com vistas a maximizar a eficiência e confiabilidade dos sistemas, devendo, pelo menos, conter:

- a) Estatística das chamadas realizadas no respectivo mês, separadas por tipos de serviços.
- b) Pontos e equipamentos tratados na manutenção preventiva.
- c) Pontos e equipamentos tratados na manutenção corretiva.
- d) Programação dos serviços para o próximo mês.

11.6.2.2. Sempre que possível, deverá a empresa apresentar sugestões para redução de custos operacionais das instalações dos edifícios envolvidos, ficando a cargo do Tribunal adota-los ou não.

11.6.2.3. Para todo planejamento implantado deverá haver retorno de resultados, em forma de dados confiáveis.

11.6.2.4. As planilhas destinadas à programação de serviços deverão ser preparadas para que se anotem todos os dados e informações referentes aos resultados obtidos dos trabalhos já executados. A empresa deverá compilá-los, transformá-los em índices, parâmetros e diretrizes que sirvam de base para novas programações de serviços.

12. RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os serviços serão recebidos mensalmente pelo gestor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis, mediante atesto, contados da data do recebimento da nota fiscal devidamente protocolizada no setor competente do Tribunal.

12.2. Em caso de conformidade da prestação dos serviços e da documentação apresentada, o gestor do Contrato fará o atesto da nota referente à prestação mensal.

12.3. Em caso de não conformidade, o atesto da nota fiscal respectiva ficará pendente até o saneamento das irregularidades constatadas pela fiscalização e os prazos interrompidos, estando a empresa obrigada a manter a continuidade dos serviços independentemente do atesto da parcela anterior.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Providenciar pessoal habilitado necessário para a execução de todos os serviços especificados e para o cumprimento das condições estabelecidas;

13.2. Manter os locais de serviços permanentemente limpos, livre de quaisquer sujidades causadas pela execução dos serviços, procedendo tanto à limpeza grossa quanto à fina;

13.3. Manter seus empregados devidamente uniformizados, com logo de identificação da Contratada, e especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal, devidamente identificados com crachás, conforme padrão estabelecido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

13.4. Fornecer dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, a partir do início da vigência do contrato, cronograma de atividades de manutenção preventiva das instalações, sistemas e equipamentos constantes deste termo de referência, compatível com os serviços contratados, com descrição detalhada dos procedimentos a serem executados na manutenção de cada tipo de equipamento, para aprovação da fiscalização do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

13.5. Apresentar mensalmente, junto à fatura mensal, relatório técnico detalhado elaborado pelo(s) responsável(is) técnico(s), contendo os serviços executados, discriminando manutenção efetuada, indicação do período dos serviços, equipamentos reparados, causas prováveis do defeito, peças substituídas, data e local dos serviços;

13.6. Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas, previdenciárias e civis, despesas com transportes e alimentação decorrentes do objeto do contrato;

13.7. Assumir plena responsabilidade pelos acidentes de trabalho que venha a sofrer seu pessoal e também por todos os danos e perdas causados a terceiros, diretamente resultante de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos;

13.8. Levar ao conhecimento da fiscalização do Tribunal Regional Federal da 1ª Região qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra ou que seja constatado durante a execução dos serviços, com a maior brevidade possível, a partir da constatação do fato;

13.9. Acatar imediatamente as instruções e observações que emanem da fiscalização do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, refazendo qualquer trabalho não aceito, no prazo a ser estabelecido pela administração;

13.10. Não subempreitar, no todo ou em partes, os serviços a ela adjudicados, salvo nas situações previstas no subitem 10.1.2. A responsabilidade sobre esses serviços, contudo, não poderá ser transmitida aos subcontratados. A Contratada deverá sempre responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais, bem como garantir na sua totalidade os serviços prestados pela subcontratada;

13.11. Supervisionar e coordenar trabalhos de eventuais subcontratados, previamente autorizados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assumindo total responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços;

13.12. A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua retirada, quando for o caso, para executar o serviço e reinstalar o equipamento, ou justificar, por escrito, o motivo pelo qual não pôde executá-lo no prazo acima referido.

13.13. Caso necessário, poderá ser solicitada a visita e acompanhamento de responsáveis técnicos, às dependências do Contratante, em dia de semana a ser acordado junto ao mesmo, devendo estes prestarem assessoramento técnicos perante o Contratante, sempre que solicitado, incluindo finais de semana e horário fora de expediente, se assim o caso requerer, sem ônus para o contratante.

13.14. Designar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após o início dos serviços, responsável técnico pela execução, detentor de acervo técnico comprovado por atestado de aptidão e emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha prestado serviço compatível com o objeto desta licitação, em quantidades e características, além de registro no CREA. Este profissional deverá assumir a execução dos serviços, devendo visitar os locais dos serviços concernentes às suas respectivas áreas profissionais, para a conferência e garantia da qualidade técnica;

13.15. As peças e acessórios porventura necessários à prestação de serviços objetos desta licitação serão fornecidas sem custos à contratante;

13.16. Realizar as manutenções preventivas no horário das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira ou, sendo necessário, aos finais de semana com prévio agendamento. Os serviços ruidosos serão realizados preferencialmente no período matutino e poderão, a qualquer momento, ser interrompidos por ordem da fiscalização;

13.17. Agendar previamente com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região as atividades de manutenção preventiva e corretiva que exijam o desligamento do sistema. Essas atividades serão realizadas em fins de semana ou horários fora de expediente, de forma a minimizar o tempo de desligamento e possibilitar que as unidades que venham a ser afetadas sejam avisadas com antecedência e estejam cientes da intervenção;

13.18. Nos casos devidamente justificados, poderá o Contratante autorizar a Contratada a realizar serviços em dias não úteis. Para tanto, deverá a Contratada promover a solicitação junto ao gestor do contrato, por escrito, até às 17 horas do dia anterior ao pretendido, acompanhada de relação dos profissionais, suas identificações e local(is) em que se realizarão as atividades;

13.19. Promover a embalagem e o transporte de peças e equipamentos que tenham que ser retirados das dependências do TRF da 1ª Região para reparos, sem ônus para o Tribunal;

13.20. Providenciar, à suas expensas, ferramentas, máquinas, lubrificantes e demais materiais necessários à execução dos serviços, bem como seu transporte para os locais de serviços, e destes para as oficinas, bem como seu retorno às dependências da Contratada;

13.21. O custo de materiais consumíveis utilizados nas atividades de manutenção corretiva e preventiva deverá estar incluído no preço mensal do contrato de manutenção, sendo a Contratada obrigada a manter estoque mínimo destes para a realização das atividades contratadas;

13.22. Possuir corpo técnico locado permanente em Brasília durante toda a vigência do Contrato.

13.23. Manter seus empregados, quando nas dependências do Contratante, sujeitos às suas normas internas (disciplina, segurança), porém sem qualquer vínculo empregatício com este órgão.

13.24. Após cada visita, tanto de manutenção preventiva quanto corretiva, fazer relatório em duas vias e entregar, de imediato, uma via ao executor do contrato. A outra via será encaminhada pelo(s) próprio(s) técnico(s) da Contratada ao responsável técnico da Contratada, o qual deverá emitir parecer e enviar ao Contratante no prazo máximo de cinco dias úteis, contados a partir da visita do(s) técnico(s);

13.25. A Contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade (subitem 9.2).

13.26. Qualquer solicitação de serviços que envolvam reparos e substituição de peças e componentes deverá ser providenciada pelo TRF da 1ª Região por intermédio da SEMEQ/DIENG, e atendida no prazo máximo de 2 (duas) horas, dentro do horário comercial, a partir do recebimento da comunicação por telefone, ofício, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação à central de atendimento da Contratada;

13.27. O prazo para reparo será de até 4 (quatro) horas para os casos que não exijam reposição de peças e de até 24 (vinte e quatro) horas, quando esta se fizer necessária, contados do início do atendimento, indicado no subitem 13.26;

13.28. É de inteira responsabilidade da contratada o armazenamento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na prestação do serviço. Em hipótese alguma, o Tribunal armazenará tais equipamentos.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas ao serviço contratado, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o serviço, no prazo máximo de 1 (um) mês, contado do recebimento pelo Contratante, podendo ser prorrogado, motivadamente, por igual período.

14.2. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto desta contratação, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

14.3. O representante da Administração deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem em atraso e descumprimento de dispositivos constantes deste Termo, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

14.4. Permitir acesso do pessoal da empresa licitante às dependências do TRF- 1ª Região para execução do serviço contratado, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

15. GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total anual do contrato, conforme regras previstas no contrato.

15.1.1. A garantia nas modalidades caução, fiança bancária ou título de capitalização deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

15.1.2. No caso de seguro-garantia o mesmo deve ser providenciado imediatamente após o ato de homologação do certame.

15.2. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, Agência 2301 – PAB – Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em conta específica e com correção monetária, em favor do Contratante.

15.3. A impossibilidade de celebração do contrato por falta da apresentação do seguro-garantia caracterizará recusa do ajuste, o que implicará incidência da multa de 10% sobre o valor total da proposta, sem prejuízo da sanção prevista neste Termo de Referência.

15.4. Na hipótese de opção pela modalidade seguro-garantia, observar-se-ão as disposições dos arts. 96, § 3º, e 97 da Lei 14.133/2021.

15.5. É obrigação da Contratada fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

15.6. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

15.7. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

15.7.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado conforme cláusulas pertinentes deste contrato.

15.7.2. Cobertura de prejuízos causados ao Contratante, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 15.1.

15.7.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.

15.7.4. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei nº 10.406/2002).

15.8. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante visando apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

15.9. No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada.

15.10. Sancionada a Contratada, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

15.11. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 15.7.1 e 15.7.2 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante.

15.12. Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

15.13. Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a apresentação da

garantia, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

15.14. Em caso de retenção de que trata o subitem 15.13, o Contratante oficiará a Contratada para, em novo prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, regularizar a prestação da garantia.

15.15. Expirada a vigência do Contrato, não havendo pendências contratuais ou quanto à sua execução, após emitido o Termo de Recebimento Definitivo, o CONTRATANTE oficiará à Contratada, estabelecendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para a solicitação da devolução da garantia prestada quando da assinatura da avença.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

16.7. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

16.8. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

16.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

16.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização comunicará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

16.11. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

16.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao superior hierárquico para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

16.13. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

17. LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

17.1. Prazos para liquidação e pagamento:

17.1.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente;

17.1.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei 14.133/2022.

17.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18. INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO POR RESULTADO

18.1. Será adotada na presente contratação a utilização de Instrumento de Mensuração por Resultado (IMR), com o objetivo de garantir um melhor atendimento e qualidade dos serviços a serem executados.

18.2. Os serviços de manutenção serão mensurados obedecendo ao Indicador de Disponibilidade do Equipamento (IDE).

18.3. As metas serão aferidas mensalmente, considerando a média das ordens de execução de serviços entre o primeiro e o último dia do mês de referência do faturamento.

18.4. Para o cálculo do IDE, serão utilizados dados das ordens de execuções de serviços do mês de referência do faturamento.

18.5. Aos IDE's que não tiverem alcançadas as metas exigidas serão aplicadas glosas.

18.5.1. As glosas incidirão sobre o valor total do faturamento correspondente ao mês da mensuração dos IDE's e, não sendo possível, incidirão no faturamento do mês subsequente.

18.5.2. Para cada meta de disponibilidade de equipamento não atingida, será aplicada a glosa prevista para o respectivo IDE, de forma não cumulativa, sem prejuízo da aplicação cumulativamente de glosas referentes aos demais IDE's.

18.5.3. Nos cálculos dos IDE's e das glosas, serão consideradas apenas as duas primeiras casas decimais, desprezando as demais casas, sem arredondamento.

18.5.4. O primeiro mês completo de prestação de serviço, contado da assinatura do contrato, será considerado como período de adaptação, sendo aplicadas as glosas por não alcance das metas de disponibilidade dos equipamentos a partir do segundo mês.

18.6. Caso seja verificada divergência entre os indicadores apresentados pela Contratada e os indicadores mensurados pelo Contratante e não havendo consenso, prevalecerá o entendimento da Contratante.

18.7. A Contratante poderá realizar, a qualquer momento e por acordo entre as partes, a revisão dos indicadores de disponibilidade dos equipamentos, incluindo ou alterando indicadores e metas que julgar necessários a uma melhor aferição e controle dos requisitos constantes deste Termo de Referência, mediante apostilamento contratual.

Indicador de Disponibilidade do Equipamento (IDE)				Meta de Disponibilidade dos Equipamentos		Glosa
N.	Nome	Descrição	Cálculo	Exigida	Aferida	
1	IACS - Índice de Atendimento de Chamada de Serviço	Percentual de tempo de atendimento da ordem execução de serviço, prazo médio de 2h.	Total de ordem de execução de serviços atendidas no mês	≤2h	4h ≤ IACS	2,5%
			IACS = Total de horas gastas em atendimento / OES atendidas no mês		3h ≤ IACS < 4h	2,0%
			(1) Quantidade total de horas gastas no atendimento das OES em determinado mês.		2h30 ≤ IACS < 3h	1,5%
			(2) Quantidade de ordens de serviços executadas no mês.		2h< IACS 2h30	1,0%
2	IARP -SP – Índice de Reparo do Equipamento (sem Substituição de Peças)	Percentual de tempo de atendimento da ordem execução de serviço, prazo médio de 4h.	Total de ordem de execução de serviços atendidas no mês	≤4h	6h ≤ IARP - SP	3,0%
			IARP - SP = Total de horas gastas em atendimento / OES atendidas no mês		5h30 ≤ IARP - SP < 6h	2,5%
			(1) Quantidade total de horas gastas no atendimento das OES em determinado mês.		5h ≤ IARP - SP < 5h30	2,0%
			(2) Quantidade de ordens de serviços executadas no mês.		4h30≤ IARP - SP < 5h	1,5%
					4h< IARP - SP < 4h30	1,0%
3	IARP -CP – Índice de Reparo do Equipamento (com Substituição de Peças)	Percentual de tempo em atendimento da ordem execução de serviço, prazo médio de 24h.	Total de ordem de execução de serviços atendidas no mês	≤24H	32h ≤ IARP -CP	3,0%
			IARP -CP = Total de horas gastas em atendimento / OES atendidas no mês		30h ≤ IARP -CP < 32h	2,5%
			(1) Quantidade total de horas gastas no atendimento das OES em determinado mês.		28h ≤ IARP -CP < 30h	2,0%
			(2) Quantidade de ordens de serviços executadas no mês.		26h ≤ IARP -CP < 28h	1,5%
					24h< IARP -CP < 26h	1,0%

18.8. A Contratada deverá realizar as aferições das metas de disponibilidade dos equipamentos, considerando-se a metodologia de cálculo indicada no quadro do subitem 18.7 deste TR.

18.9. Sem prejuízo da glosa aplicada, a extrapolação das Metas de Disponibilidade dos Equipamentos não afasta a aplicação de eventual penalidade, conforme definido no subitem 18.7 e 19.8 deste TR.

19. PENALIDADES/SANÇÕES

19.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 19.1 poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b” do mesmo subitem.

19.3. O atraso injustificado na devolução do Contrato assinado sujeitará a licitante à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).

19.4. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

19.4.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

19.4.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

19.4.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.4.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.4.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

19.4.2.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

19.4.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.4.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.4.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.4.5. fraudar a licitação;

19.4.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.4.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.4.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.4.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

19.4.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

19.4.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.5. A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 19.4.1, 19.4.2 e 19.4.3, ensejará na sanção prevista no subitem 19.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 19.1, alínea “b”.

19.6. À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 19.4.4, 19.4.5, 19.4.6, 19.4.7 e 19.4.8, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 19.1.

19.7. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto contratado ou qualquer outra infração, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do empenho ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

19.7.1. A partir do 11º dia, a multa diária será de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 19.7.

19.8. A cada 04 (quatro) metas mínimas exigidas, de que trata o subitem 18.7 deste TR, descumpridas por parte da Contratada, consecutivas ou alternadas, no período de 12 meses, ensejará a aplicação de multa de 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento do mês da última ocorrência, sem prejuízo da aplicação de glosa. Não será levado em consideração o período descrito no subitem 18.5.4.

19.9. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 19.7.

19.10. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 19.1, alínea “c”.

19.11. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações

decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

19.11.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

19.11.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste subitem será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

19.12. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 19.7.

19.13. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

19.14. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.15. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

20. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1. O custo estimado total anual da contratação é de **R\$** conforme custos unitários apostos no Anexo I deste Termo .

20.1.1. O custo estimado total quinquenal da contratação é de **R\$**, conforme custos unitários apostos no Anexo I deste Termo e análise crítica e justificativas apresentadas na Informação Conclusiva - Valor Estimado da Contratação 25213046.

20.2. O custo/percentual estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI 0016576-27.2021.4.01.8000.

21. PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

21.2 - Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados)-LGPD-, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

21.3 - A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

21.3.1 - Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 03 (três) dias úteis, contados do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

21.4 - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

21.5 - É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

21.6. - Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

21.7 - Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

22. DO REAJUSTE

22.1. Os preços deste contrato poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para apresentação da proposta, constante do instrumento convocatório.

22.1.1. São nulos de pleno direito quaisquer apuração de índice de reajuste que produza efeito financeiro equivalente aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

22.2. O reajuste dos preços terá como limite a variação do IPCA – Índice de Preço ao Consumidor Amplo - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.

22.3. Caberá à Contratada solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.

22.4. No caso de eventual prorrogação contratual, nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o valor do contrato será reajustado após o interregno de um ano, que será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

22.4.1. As alterações decorrentes de reajustamentos serão formalizadas mediante Termo de Apostilamento.

22.5. Para fins de concessão do reajuste poderão ser realizadas diligências visando conferir a variação de custos alegada pela Contratada, considerando-se:

22.5.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública.

22.5.2. As particularidades deste contrato.

22.5.3. Indicadores setoriais, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

22.5.4. A disponibilidade orçamentária do Contratante.

22.6. O prazo para a Contratada solicitar o reajuste encerra-se na data da prorrogação/término de vigência contratual, obedecendo ao seguinte:

22.6.1. Caso a Contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

22.6.2. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da prorrogação contratual.

22.6.3. Se até a data da prorrogação contratual, ainda não tiver sido solicitado/concedido o reajuste, caberá a Contratada solicitar a reserva de seu direito para ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão, com vistas à inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste.

23. DA VIGÊNCIA

23.1. O presente instrumento vigorará por 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no [art. 107 da Lei 14.133/2021](#), já incluído o primeiro ano de vigência.

23.1.1. Este instrumento tem seu término previsto para 2031.

23.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

23.2.1. Prestação regular dos serviços.

23.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

23.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

23.2.4. Manifestação expressa da Contratada quanto ao interesse na prorrogação.

23.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Contratada no âmbito da União ou do Contratante.

23.3. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Contratada no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação garantindo o seu direito ao reajuste, sob pena de preclusão.

23.4. O Contrato não será prorrogado quando a Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

24.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 90027 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO / DIENG - DIVISÃO DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO PREDIAL - DIENG/SECGA/TRF1;

II) Fonte de Recursos: 1000 - Recursos Ordinários;

III) Programa de Trabalho (PTRES): 168376 - Julgamento de Causas na Justiça Federal;

IV) Natureza de Despesa: 33903916 - Manutenção e conservação de bens imóveis

24.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Este termo foi elaborado pela Seção de Apoio a Contratações de Manutenção Predial/DIENG do TRF da 1ª Região. Informações e dúvidas poderão ser sanadas nesta Divisão, no Edifício Anexo II, SAU/SUL Quadra 1, Bloco C (antigo anexo I do TSE) Praça dos Tribunais Superiores CEP: 70070-900 Brasília/DF, fax [\(61\) 3410-3264](tel:(61)3410-3264), com o servidor José Arnaldo Martins Costa ou pelo telefone [\(61\) 3410-3232](tel:(61)3410-3232), com a servidora Ludmila Rian Alves Walter ou ainda pelo endereço eletrônico: dieng@trf1.jus.br

ANEXO I - DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa foi realizada conforme registrado no documento Planilha Estimativa de Preços (25212952):

Grupo	Item	Código Siasg BR	Código Sicam	Descrição	Unidade de medida	Qtd.	Valor estimado unit. mensal (R\$)	Valor estimado total mensal (R\$)	Valor estimado total anual (R\$)	Valor estimado total quinquenal (60 meses) (R\$)
1	1	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Montagem - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo OTIS LVF OVF20 95550CC, 06 paradas, capacidade de 560 KG, para 08 passageiros, instalados no Ed. Adriana do TRF1.	und./mês	2				
	2	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Montagem - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo KONE N Minispace, 13 paradas, capacidade de 900kg, para 12 passageiros, instalados no Ed. Sede II do	und./mês	3				

				TRF1.						
TOTAL (ITENS 1 + 2)										
TOTAL GERAL QUINQUENAL (60 MESES)									R\$	

ANEXO II- MODELO DE FORMULAÇÃO DE PROPOSTA

Grupo	Item	Código Siasg BR	Código Sicam	Descrição	Unidade de medida	Qtd.	Valor estimado unit. mensal (R\$)	Valor estimado total mensal (R\$)	Valor estimado total anual (R\$)	Valor estimado total quinquenal (60 meses) (R\$)
1	1	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Montagem - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo OTIS LVF OVF20 95550CC, 06 paradas, capacidade de 560 KG, para 08 passageiros, instalados no Ed. Adriana do TRF1.	und./mês	2				
	2	BR0003557 - Instalação / Manutenção - Elevadores Rolantes, Montagem - cargas / Plataforma / Escadas	A definir	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de elevadores Marca/Modelo KONE N Minispace, 13 paradas, capacidade de 900kg, para 12 passageiros, instalados no Ed. Sede II do TRF1.	und./mês	3				
TOTAL (ITENS 1 + 2)										
TOTAL GERAL QUINQUENAL (60 MESES)										

ANEXO III - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

1. Das especificações técnicas dos equipamentos (Obs: os equipamentos não possuem tombamento, pois fazem parte da estrutura predial)

1.1. Ed. Adriana

1.1.1. Dados Técnicos dos Elevadores - OTIS

1.1.1.1. Identificação Geral

- **Tipo de equipamento:** elevador elétrico automático para transporte de passageiros
- **Quantidade abrangida: 2 (dois) elevadores**
- **Fabricante/Marca:** OTIS
- **Modelo:** OTIS LVF
- **Drive / inversor de frequência:** OVF20

1.1.1.2. Capacidade e Desempenho

- **Capacidade nominal (cada elevador):** 560 kg
- **Lotação estimada:** até 8 passageiros por elevador
- **Velocidade nominal:** 60 m/min (**equivalente a 1,0 m/s**)
- **Sistema de acionamento:** VVVF (Voltage Variable Frequency / variação de tensão e frequência)

1.1.1.3. Atendimento Predial

- **Número de paradas:** 6 (seis)
- **Pavimentos atendidos:**
 - T
 - S1
 - S2
 - S3
 - S4
 - S5

1.1.1.4. Casa de Máquinas

- **Localização:** parte superior da edificação

1.1.1.5. Sistema de Portas

- **Operador de portas:** modelo 95550CC
- **Tipo de abertura:** central

1.1.1.6. Conjunto Motriz

- **Tensão de alimentação:** 380 V
- **Potência nominal:** 15,5 CV (*aprox. 11,4 kW*)
- **Rotação:** 1.200 RPM
- **Frequência elétrica:** 60 Hz

1.2. Ed. Sede II

1.2.1. Dados Técnicos do Elevador - KONE

1.2.1.1. Identificação do Equipamento

- **Fabricante/Marca:** KONE
- **Assistência técnica:** prestada por distribuidor autorizado da fabricante
- **Modelo:** KONE N Minispace
- **Configuração do sistema:** Triplex (grupo com 3 elevadores operando de forma integrada)
- **Tipo de acionamento:** Tração 2:1
- **Casa de máquinas:** possui, conforme especificação do fabricante

1.2.1.2. Desempenho Operacional

- **Velocidade nominal:** 2,0 m/s
- **Aceleração:** 0,8 m/s²
- **Desaceleração:** 0,8 m/s²
- **Capacidade nominal:** 900 kg
- **Lotação estimada:** até 12 passageiros

1.2.1.3. Atendimento Predial

- **Número de pavimentos atendidos:** 13
- **Número de paradas/entradas:** 13
- **Percurso total:** 43.800 mm (43,8 m)

1.2.1.4. Cabina

- **Dimensões internas:**
 - Largura: 1.050 mm
 - Profundidade: 2.000 mm
 - Altura: 2.300 mm
- **Área útil aproximada da cabina:** 2,10 m² (corrigido; no texto original constava mm², unidade incompatível)
- **Carga máxima adicional para decoração/acabamentos:** 180 kg

1.2.1.5. Portas

- **Dimensões das portas de pavimento:**
 - Largura: 800 mm
 - Altura: 2.100 mm

1.2.1.6. Sistema de Segurança e Suspensão

- **Buffer/parachoque da cabina:** pistão hidráulico com contato elétrico
- **Buffer/parachoque do contrapeso:** pistão hidráulico com contato elétrico
- **Guias da cabina:** tipo T82
- **Guias do contrapeso:** tipo TK5A

1.2.1.7. Cabos

- **Cabos de tração:** 6 cabos de aço, diâmetro de 8 mm cada
- **Cabo do limitador de velocidade:** 1 cabo, diâmetro de 6 mm

2. Das especificações técnicas dos serviços

2.1. Manutenção Preventiva

2.1.1. A rotina de manutenção preventiva, destinada a prevenir ocorrências de quedas e defeitos dos elevadores, mantendo-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, incluindo as trocas de peças que se fizerem necessárias ao bom funcionamento do equipamento, deverá observar, além do cronograma apresentado pela Contratada e o constante do Plano de Manutenção do Fabricante de cada elevador:

a) A programação das intervenções de manutenção preventiva iniciar-se-á com o início da vigência do contrato.

b) Deverá ser realizada 1 (uma) visita técnica mensal, marcada previamente com o Fiscal do Contrato, indicando o nome dos seus funcionários que irão realizar essa visita, os quais deverão portar cartão de identificação funcional e reportar-se ao Fiscal.

c) A manutenção preventiva contemplará a limpeza, regulagem, ajuste e lubrificação dos equipamentos e o teste do instrumental elétrico e eletrônico, para segurança do uso normal das peças vitais, tais como máquina de tração, coroa sem fim, polia de tração e desvio, freio, motor de tração, regulador de velocidade, chaves e fusíveis na casa de máquinas, quadro de comando, fusíveis e conexões, relés e chaves, casa de máquinas, fita seletora, aparelho seletor, iluminação da cabina, botoeiras e sinalização de cabinas, seguranças, corredeiras da cabina e contrapeso, aparelho de segurança, chave de indução, placas ou emissores, receptores, cabina (placa, acrílico e pisos), guias e braquetes, contrapeso, limites de curso, corrente ou cabo de compensação, cabos de tração e de regulador, caixa de corrida, fechos hidráulicos, eletromecânicos e pavimentos, portas, carrinhos, nivelamentos, para-choques, polia do regulador de velocidade, bomba hidráulica, bloco de válvula, vedações do sistema hidráulico, mangueiras, tubulações hidráulicas e poço.

d) A Contratada deverá apresentar para aprovação da fiscalização do contrato, nos primeiros trinta dias do prazo de vigência contratual, o cronograma de manutenções preventivas, especificando os diversos tipos de equipamentos, os tipos de manutenção (mensal e anual) e as datas previstas para a sua execução.

e) A manutenção anual deverá ser executada, obrigatoriamente, nos primeiros seis meses de vigência do contrato. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados em horário previamente acordado com a Fiscalização, com visitas periódicas do responsável técnico pela execução dos serviços.

f) A Contratada deverá inspecionar e acompanhar todos os eventos e ocorrências, além de realizar medições

mensais de parâmetros de funcionamento e respectiva análise para instrução da execução de manutenção preventiva.

g) A Contratada deverá corrigir eventuais defeitos existentes, constatados através de testes e verificações realizadas por ocasião da manutenção preventiva.

h) A Contratada deverá apresentar Relatório Semestral, com a situação real dos elevadores, contendo todas as observações técnicas e soluções propostas durante a manutenção preventiva ou corretiva, das condições inadequadas encontradas ou eminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento destes. O primeiro relatório deverá ser providenciado até o 30º dia após o início do contrato.

i) Poderá, em casos excepcionais, devidamente autorizados pela administração, conforme necessidade da mesma, serem efetuados serviços de manutenção preventiva em horários diferentes do horário de funcionamento do Tribunal.

2.1.1.1. Mensalmente:

- A contratada deverá, no que couber:
 - Verificar as correções das guias ou as roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas;
 - Verificar os cabos de aço como fator de segurança;
 - Verificar e igualar a tensão dos cabos condutores;
 - Examinar todos os dispositivos de segurança e reguladores, eliminando os eventuais defeitos mecânicos;
 - Verificar e trocar os acrílicos dos tetos das cabinas dos elevadores quando danificados;
 - Verificar e substituir os sensores de reabertura das portas dos elevadores quando danificados;
 - Verificar, consertar e alinhar as portas dos elevadores;
 - Verificar e trocar as lâmpadas e reatores existentes nos elevadores quando queimados;
 - Verificar e trocar acabamentos de tetos (peças em acrílico) e gongos sobre as cabinas, quando danificadas;
 - Verificar e substituir todas as peças que compõem as botoeiras, quando danificadas;
 - Verificar o funcionamento da comunicação viva-voz entre a cabina e a portaria através de simulação de passageiro preso;
 - Verificar o sistema de ventilação eletromecânica existente na cabina de cada elevador;
 - Verificar e realizar os ajustes necessários na configuração dos equipamentos;
 - Substituir as sapatas e/ou sistema 'lambda' das portas dos elevadores quando danificadas;
- Motores de CC/CA, grupo geradores e caixas redutoras:
 - Fazer a remoção dos resíduos de carvão e poeira das escovas e porta-escovas;
 - Movimentar as escovas de carvão no interior dos seus porta-escovas;
 - Fazer a remoção da poeira acumulada e do óleo vazado;
 - Verificar o nível do óleo, completando-o se necessário;
 - Ajustar a altura dos porta-escovas em relação à superfície de contato dos coletores;
 - Ajustar a superfície de contato dos coletores que apresentarem faiscamento na comutação e/ou trepidações excessivas;
 - Manter limpos e desimpedidos os espaços físicos das casas de máquinas instaladas na cobertura do edifício, informando a fiscalização e/ou a SEMAM/DIENG da existência de infiltração d'água e outras irregularidades quando houver;
 - Remover da superfície de contato do tambor todo resíduo de óleo e graxa;
 - Ajustar a folga excessiva entre as sapatas e discos da superfície de contato dos tambores de freio.
- Quadro de Comando:
 - Fazer a remoção da poeira e aplicação de solvente na estrutura externa dos quadros;
 - Verificar e ajustar, se necessário, os temporizadores, relés, chaves com mau contato, relés de carga dos geradores e circuito de proteção.
- Nos andares:
 - Remover toda a poeira das faces internas e externas das portas, aplicando em seguida, na face interna, solvente;
 - Fazer a remoção de todo o material depositado sobre as barras chatas de ferro (apoio das carretilhas) e aplicação de solvente;
 - Proceder à limpeza em toda a extensão das soleiras;
 - Proceder à limpeza geral das roldanas e dos trincos e, em seguida lubrificação dos eixos.
 - Ajustar qualquer folga excessiva nos roletes excêntricos das suspensões das folhas da porta e dos

contatos dos trincos e ganchos;

- Verificar o funcionamento dos botões de chamada e indicadores de direção;
 - Fazer a remoção do lixo acumulado em toda a extensão das soleiras;
 - Remover toda a poeira das faces externas das portas, aplicando, em seguida, fina camada de óleo com querosene;
 - Remover todo o material depositado nas suspensões, aplicando, em seguida, fina camada de óleo, enxugando todo o excesso;
 - Proceder à limpeza geral das barras articuladas e aplicação de óleo fino nas articulações;
 - Fazer a remoção da poeira das grades de ventilação;
 - Remover o lixo e a poeira da tampa do teto, e aplicação de solvente, enxugando o excesso;
 - Fazer a remoção de poeira dos ventiladores e exaustores e lubrificação das buchas;
 - Liberar o dispositivo de engate para aplicação de fina camada de óleo;
 - Verificar a graxa dos conjuntos operadores das portas;
 - Verificar o funcionamento dos aparelhos de comunicação;
 - Verificar a partida, parada e nivelamento;
 - Verificar a sapata de segurança e fotocélula;
 - Verificar a abertura e fechamento das portas;
 - Verificar o funcionamento das botoeiras, sinalizadores e luz de emergência;
 - Fazer a remoção da poeira da suspensão, aplicando, em seguida, solvente nos materiais ferrosos;
 - Ajustar a folga excessiva entre as corrediças deslizantes;
 - Proceder a limpeza geral;
 - Verificar o nível de óleo, completando-o, se necessário;
 - Verificar o aperto das porcas das braçadeiras de apoio.
- Cabo de aço:
 - Ajustar as tensões dos cabos de tração e compensação;
 - Efetuar a substituição quando necessário.
 - Polias de Compensação:
 - Ajustar a distância da polia ao piso do contato elétrico.
 - Polias Tensoras:
 - Ajustar o prumo e distância da polia ao piso.
 - Fita Seletora:
 - Ajustar a folga entre os contatos fixos e os cones (meias-luas);
 - Ajustar as distâncias entre as molas “pick-ups” e os rebites de metal.

2.1.1.2. Semestralmente

- No que couber:
 - Lavar e aplicar novo lubrificante nas almas das guias da cabine e de contrapeso;
 - Verificar e, se necessário, corrigir a velocidade dos motores de tração a plena carga, meia carga e vazio;
 - Acionar o sistema de segurança, ajustando as velocidades de desarme; e
 - Testar os amortecedores com a queda da cabine, com meia lotação.

2.1.2. Todas as peças, componentes, óleos e graxas utilizados nos serviços, mesmo em caso de substituição total, e materiais necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração do TRF da 1ª Região, exceto quando se tratar de:

- Peças e componentes a serem substituídos em decorrência de uso inadequado ou anormal;
- Acessórios a serem substituídos ou instalados em virtude de determinação superior ou de legislação superveniente, bem como por obsolescência dos elevadores;
- Revestimento de piso de cabinas;
- Portas e cabinas danificadas pela exposição indevida a agentes físicos ou químicos.

2.2. Manutenção Corretiva

2.2.1. Consiste na aplicação de medidas necessárias a sanar os eventuais defeitos de funcionamento apresentados pelos elevadores mediante solicitação da CONTRATANTE, compreendendo serviços de conserto e/ou substituição de peças desgastadas e/ou danificadas, por originais do fabricante, observando-se ainda:

- a) Sempre que forem detectados eventuais defeitos no sistema ou equipamento existente, a Fiscalização acionará a empresa contratada para a execução dos serviços, para imediata recolocação do elevador afetado em perfeitas condições operacionais nos prazos máximos determinados;
- b) No caso de chamados não emergenciais, o atendimento deverá ser realizado em dia útil, durante o horário de expediente do órgão;
- c) A solicitação de manutenção corretiva sempre deverá ser formalizada por intermédio de emissão de Ordem de Serviço – OS ou contato via correio eletrônico;
- d) A empresa contratada para a execução dos serviços deverá disponibilizar, para recepção das Ordens de Serviços ou emails emitidos pela Fiscalização, número de linha telefônica e conta de correio eletrônico;
- e) Também deverão ser disponibilizados, para fins de contato com a Fiscalização, número(s) do(s) aparelho(s) de telefonia móvel para o preposto da empresa junto ao TRF1/DIENG e para os responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
- f) A empresa contratada para a prestação dos serviços de manutenção deverá providenciar atendimento emergencial, em qualquer dia e horário, conforme necessidade e solicitação do TRF1/DIENG, sem que caiba qualquer pagamento adicional por parte da Administração. O atendimento emergencial deverá ser prestado sempre que houver necessidade de execução de serviços considerados imprescindíveis tais como acidentes e situações onde há passageiro(s) preso(s) no elevador, em qualquer uma de suas partes. Neste caso, a retirada de passageiro(s) preso(s) somente poderá ser realizada por funcionários da Contratada ou pelo Corpo de Bombeiros local;
- g) Deverá ser elaborado Relatório Mensal de Ocorrências, assinado pelo Responsável Técnico, com ciência da Fiscalização;
- 2.2.2. Qualquer solicitação de serviços que envolvam reparos e substituição de peças e componentes deverá ser providenciada pelo TRF da 1ª Região por intermédio da SEMEQ/DIENG, e atendida no prazo máximo de **2 (duas) horas**, dentro do horário comercial, a partir do recebimento da comunicação por telefone, ofício, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação à central de atendimento da Contratada;
- 2.2.2.1. O prazo para reparo será de até **4 (quatro) horas** para os casos que não exijam reposição de peças e de até **24 (vinte e quatro) horas**, quando esta se fizer necessária, contados do início do atendimento, indicado no subitem anterior;
- 2.2.3. Nos elevadores em que forem realizadas manutenções corretivas deverão ser realizados os procedimentos da manutenção preventiva de forma a permitir o perfeito funcionamento dos mesmos após o seu reparo, sem quaisquer ônus adicionais;
- 2.2.4. Em situações excepcionais, em que não houver condições de efetuar o reparo no prazo estabelecido acima, a Contratada deverá comunicar, por escrito, à Administração do TRF1, com exposição de motivos, dando prazo para a finalização dos serviços.
- 2.2.5. Toda e qualquer substituição de peças e componentes deverá ser acompanhada pela fiscalização do Contratante, que deverão ser originais, testadas e atestadas.
- 2.2.6. As peças e componentes substituídos deverão ser apresentados juntamente com o equipamento consertado.
- 2.2.7. A manutenção corretiva decorrente de fatores não cobertos pelo presente termo contratual (tais como defeitos ocasionados por anormalidades climáticas ou ambientais, incêndios, inundações, descargas elétricas, manuseio inadequado dos equipamentos e seus acessórios, deficiências de aterramento adequado, ou ainda aqueles provenientes de dolo ou culpa do Contratante) deverá ser devidamente comprovada e justificada, mediante laudo técnico emitido pela Contratada, relacionando as causas do defeito apresentado, peças a serem substituídas/recuperadas, serviços a serem realizados e orçamento detalhado.
- 2.2.7.1. Tais serviços/peças poderão ser executados/fornecidos pela CONTRATADA, mediante aprovação prévia de orçamento pelo CONTRATANTE e emissão da respectiva Nota de Empenho.
- 2.2.8. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos ao local de instalação dos equipamentos, pela retirada, entrega e instalação das peças e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Rian Alves Walter, Diretor(a) de Divisão**, em 10/06/2026, às 12:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andrey Leonardo Lima e Silva, Supervisor(a) de Seção**, em 10/06/2026, às 12:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Andrade Santos, Supervisor(a) de Seção**, em 10/06/2026, às 12:20 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25308905** e o código CRC **7526EAD9**.

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br
0018962-88.2025.4.01.8000

25308905v2